

NENHUMA democracia está imune à ação dos grupos radicais, nem às pressões de grupos de interesse sobre o Congresso. O espelho do que ocorre aqui com a pregação do "calote" sobre os credores da dívida externa, e o puro e simples arquivamento das negociações com os Estados Unidos, está presente no Congresso americano, onde vários parlamentares propõem leis protecionistas ou medidas contra a ajuda financeira a projetos competitivos, com os interesses diretos dos seus eleitores.

Vistas as coisas do lado americano, a questão do comércio internacional, segundo os radicais, poderia ser colocada assim: os Estados Unidos devem imediatamente criar uma sobretaxa — digamos, de 25% — sobre as importações da Coreia, do Brasil e de quaisquer outros países do Terceiro Mundo que venham acumulando saldos substanciais na balança comercial com os EUA.

O argumento é simples, segundo os parlamentares que defendem a sobretaxa: os Estados Unidos não podem continuar acumulando pesados déficits em sua balança de comércio, sem que haja disciplina alguma por parte dos países exportadores altamente superavitários.

Não apenas o comércio está debaixo da mira direta dos radicais nas duas Casas do Congresso em Washington: também os créditos e investimentos de instituições internacionais devem ser diretamente policiados. Se, por exemplo, uma instituição internacional — como o BID ou o BIRD — está fornecendo recursos para o desenvolvimento de minas de cobre em terceiros países que estejam competindo com as mineradoras americanas, então o governo de Washington deveria reagir. Por outras palavras, os Estados Unidos não deveriam fornecer recursos nem ao Banco Mundial, nem ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, pois isso significa indiretamente subsidiar sua concorrência. Uma proposta neste sentido foi feita pelo Senador Garn, de Utah, em nome de um eleitorado que ele acredita prejudicado.

A versão brasileira para o radicalismo está no que todos nós conhecemos: convém ao Brasil arquivar as

negociações com o Fundo Monetário Internacional e deixar em suspense os bancos credores, eventualmente tomando medidas unilaterais para capitalizar parte dos juros devidos.

Do ângulo americano, o corte nos recursos do BID e BIRD talvez não signifique uma tragédia para o Brasil. Mas, como ficará a esfrangalhada economia de algumas nações que dependem visceralmente da ajuda multilateral para sair do subdesenvolvimento agudo? Teriam as mineradoras americanas menos condições de se reaparelhar ou reciclar que os mineradores do Zaire ou do Chile? E o que dizer do Peru, ou das Filipinas?

O radicalismo das medidas protecionistas que está lançando raízes no Congresso americano parece tão fora de foco quanto o radicalismo do calote na dívida externa, que os radicais propõem em Brasília. Pois se há uma verdade universal na economia contemporânea, é a da interdependência cada vez maior das nações industrializadas e em desenvolvimento, tanto em termos de comércio quanto em termos financeiros.

Solavancos bruscos no sistema bancário não interessam a ninguém, pois a economia do Brasil já se sofisticou o suficiente para estender suas redes de comércio por todo o mundo. Não há mais espaço para regressões bruscas no comércio do Brasil, pois iríamos prejudicar centenas de milhares de empregados nas indústrias e todo o impulso que o comércio exterior exerce sobre a agricultura e o parque manufatureiro.

A outra face da responsabilidade está nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, este também voltado de maneira implacável para a geração de superávits e para a filosofia da exportação do desemprego ao resto do mundo. Para que não se regrida em termos universais à década de 30, será preciso que os radicais, lá fora como aqui dentro, abram espaço para negociações inteligentes de comércio e finanças. O receituário protecionista levará apenas ao aumento das tensões e eventualmente a uma guerra do comércio exterior.